



**Sobre a Validação da Ciência Histórica:
Jörn Rüsen e a Teoria do Consenso Habermasiana**

João Elter Borges Miranda¹

William Carlos Cipriani Barom²

Resumo: O presente trabalho tem como foco a reflexão sobre a teoria da história de Jörn Rüsen e a teoria do consenso de Jürgen Habermas, buscando pontos de contato, semelhanças e diferenças. Para tanto, analisaremos se há pontos de contato entre a proposição de Rüsen para o fundamento acerca da validação da ciência histórica e a teoria do consenso habermasiana, inerente a sua teoria da ação comunicativa. Percebemos proximidades entre os fundamentos ideias e métodos rüsenianos, presentes em sua matriz disciplinar, e a teoria do consenso da verdade habermasiana; mais especificamente a problematização realizada por Rüsen quanto a essas noções para fazer frente ao debate do partidarismo e da objetividade. Considerando isso, realizaremos a análise na intenção de identificar (ou não, ou em que proporção se verifica) uma possível proximidade entre Rüsen e Habermas, como Wiklund (2008), Cerri (2011), Duarte da Silva (2000) e Barom (2017) já afirmaram que existem. Vale ressaltar que o presente trabalho não parte da hipótese de que as reflexões rüsenianas sobre a validação da ciência histórica são toda e completamente de origem habermasiana. Portanto, buscaremos traçar uma resposta provisória para a possível proximidade entre Rüsen e Habermas, cuja plausibilidade precisará ser testada.

Palavras-Chave: Habermas. Rüsen. Ideias. Métodos.

**On the Validation of Historical Science:
Jörn Rüsen and the Habermasian Consensus Theory**

Abstract: The present work focuses on the reflection on Jörn Rüsen's theory of history and the consensus theory of Jürgen Habermas, searching for points of contact, similarities and differences. For this, we will analyze if there are points of contact between Rüsen's proposition for the foundation about the validation of historical science and the theory of habermasian consensus inherent in his theory of communicative action. We perceive proximities between the foundations of rüsenian ideas and methods, present in its disciplinary matrix, and the theory of the consensus of habermasian truth; more specifically Rüsen's problematization of these notions to face the debate of partisanship and objectivity. Considering this, we will carry out the analysis with the intention of identifying (or not, or in what proportion) a possible proximity between Rüsen and Habermas, such as Wiklund (2008), Cerri (2011), Duarte da Silva (2000) and Barom (2017) have already stated that they exist. It is worth noting that the present work does not assume the hypothesis that the Rüsenian reflections on the validation of historical science are completely and completely of habermasian origin. Therefore, we will try to draw a tentative answer to the possible proximity between Rüsen and Habermas, whose plausibility will need to be tested.

Keywords: Habermas. Rüsen. Ideas. Methods.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e integrante do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI).

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor colaborador em Prática de Ensino de História na mesma universidade e integrante do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI).



Introdução

O que fabricam a historiadora e o historiador quando fazem história? Ter uma visão de conjunto da ciência histórica em resposta à essa questão fundamental é uma tarefa longa e árdua. A dificuldade origina-se em grande medida do fenômeno de especialização e profissionalização que permeou as ciências em geral ao longo do século XIX e o processo de pluralização dos objetos e métodos científicos ocorrido principalmente no XX; acontecimentos que também não passaram ao largo da ciência histórica.

A expressão mais clara do resultado desse processo de pluralização na ciência histórica é que hoje essa área é mais plural do que nunca, fragmentada em uma multiplicidade de especialidades, como o historicismo, o positivismo, o marxismo, a hermenêutica e, também, os surgidos mais recentemente, como a história cultural, os estudos pós-coloniais e de gênero, a história ambiental, a história da vida privada e do cotidiano, a micro-história, entre muitos outros.

Preocupado com cada etapa e com a implicação do ofício da história, o projeto do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (1938) surge em resposta a, entre outras questões, pluralização dos métodos e objetos de pesquisa que marcou a produção do conhecimento histórico ao longo do século XX. Entretanto, ao invés de propor uma formulação de caráter enciclopédico, como comumente se via na Teoria da História, ele procura solucionar o problema da pluralização através de uma teoria da história sistemática que explicita a rede de princípios formais inerentes aos estudos históricos em todas as suas variantes.

O que permite à teoria da história rüseniana dar essa visão panorâmica é o conceito “matriz disciplinar da ciência histórica”, subdividido em cinco fatores: interesses, ideias, métodos, formas e funções. Segundo Rüsen, “a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro” (RÜSEN, 2001, p. 35).

Essa rede de princípios, ou fatores, “não se limita à ciência da história, mas designa igualmente as operações elementares e gerais da consciência histórica humana” (RÜSEN, 2001, p. 11-12). Entretanto, ao articulá-los na matriz disciplinar, “eles adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico constituído cientificamente do pensamento histórico comum” (RÜSEN, 2001, p. 35).



Para que não sejamos levados à órbita distante da almejada, aqui cabe apontar unicamente que o primeiro fator, os interesses, é fruto da interpretação das carências de orientação no tempo. Já as ideias, que são o segundo fator, tratam-se das perspectivas orientadoras da experiência do passado. Através do primeiro fator, os interesses, Rüsen consegue fazer com que o conhecimento histórico não se relacione somente com o passado. Ele estabelece que é nas relações intersubjetivas promovidas no presente que as carências de orientação são formadas, gerando interesses pelo passado, de modo que atendam às carências de orientação através do atrelamento do passado com o futuro.

Ao formular uma teoria da história que expõe a imbricação entre o *ofício da história* à vida prática, Rüsen reloca “o papel do historiador, da torre de marfim, isolado na academia, autolegitimado, a uma condição de cidadão comum, imerso na sociedade, com também interesses e carências” (BAROM; CERRI, 2012, p. 1002)³. Todavia, ao conciliar o conhecimento histórico com a vida prática, o historiador alemão entra num segundo problema: o da parcialidade na ciência histórica, comumente debatido sob o título “partidarismo versus objetividade”.

O debate do partidarismo e da objetividade tem como pedra basilar o pressuposto de que, ao intentar atender às carências de orientação, o historiador poderia estar atendendo unicamente às suas carências particulares, e não também às de seu público ⁴. Assim, “por partidarismo entende-se a dependência do pensamento histórico de carências de orientação causadas por interesses práticos” (RÜSEN, 2001, p. 126-127). Isso se deve ao fato de que, na ciência histórica, “as carências e os interesses subjetivos, sob a forma de critérios de sentido e de normas significativas, são fatores do conhecimento histórico” (RÜSEN, 2001, p. 129). No presente trabalho, nos debruçaremos no esforço metateórico de Rüsen em apresentar uma resposta a esse debate e verificar os pontos de contato, semelhanças e diferenças entre a resposta para essa questão elaborada pelo historiador

³ Rüsen alude a esse debate sobre a relação existente entre pensamento histórico e vida prática devido em grande medida a dois grandes motivos: primeiro, por conta da perda de legitimidade da ciência histórica e do ensino de história na Alemanha Ocidental; segundo, devido ao ataque realizado em fins do século XIX por Nietzsche, o qual apontou a falta de pragmática do conhecimento histórico, afirmando este conhecimento específico como um emaranhado sobreposto de fatos sem aplicabilidade. Essas afirmações influenciaram, posteriormente, inúmeras reflexões histórico-filosóficas, compondo uma tradição de repúdio à historiografia que coloca em dúvida a função e importância do conhecimento histórico para a vida prática. Considerando isso, o esforço de Rüsen procura demonstrar a relação que o conhecimento histórico, através do fundamento interesses, tem com a vida cotidiana do sujeito.

⁴ As reflexões rüsenianas para o problema do partidarismo e da objetividade estão concentradas no terceiro capítulo da obra *Razão Histórica*, mais especificamente no subtítulo Partidarismo E Objetividade – As Potencialidades Racionais da Ciência Histórica (RÜSEN, 2001, p. 126). *Razão Histórica* é o primeiro volume da trilogia *Fundamentos de uma Teoria do Pensamento Histórico*, na qual Rüsen apresenta toda uma reflexão que fundamenta a sua Teoria da História.



alemão, e a teoria da ação comunicativa, mais especificamente a teoria do consenso da verdade inerente à razão comunicativa habermasiana⁵.

Partidarismo, Objetividade e Teoria do Consenso

Ao entender que o primeiro passo do processo de constituição do conhecimento histórico se dá pelas carências de orientação do sujeito que, interpretadas, apresentam os interesses específicos pelo passado, a ciência histórica poderia ser acusada por estar tomando partido, já que têm *a priori* os interesses do sujeito que a constitui e, talvez, a do seu público⁶.

A cientificização do conhecimento histórico pode colocá-lo em entrelhecho com a sua função de orientação na vida prática. Para a questão, aparecem de imediato duas respostas possíveis. De um lado, alguns críticos entendem que esse problema é gestado pela subjetividade do historiador e do seu público – esteio do partidarismo – presente na produção historiográfica. A resolução seria, para estes, através da neutralização do partidarismo.

Para tal concepção, é só saindo de si, em desapego profundo, que entenderíamos o outro. Já, outros propõem que a subjetividade não é um problema em si, porque é epistemologicamente impossível que a constituição do conhecimento histórico se abstenha do partidarismo. Considerando isso, apontam que a solução para o problema é através de um relativismo pluralizador da historiografia, em que toda história teria validade, pois é impossível chegar a uma verdade, pois a produção historiográfica está permeada pelo olhar de quem a perpetrou, atendendo, conseqüentemente, às carências particulares de quem a fez, quiçá a do seu público. Por essas razões, ela é verdadeira; e todas as histórias também o são.

Rüsen busca encontrar um meio termo nesses posicionamentos, de modo que não caia nem num objetivismo asséptico, nem no relativismo. Preocupa-se especialmente com o relativismo, que se trata de um fenômeno surgido no curso do século XX, associado à chamada “virada linguística”. Segundo Assis, esse fenômeno se caracteriza como o momento em que autores como Roland Barthes, Paul De Man, Hayden White e Jacques Derrida – denominados pós-modernos por seus

⁵ À princípio pode parecer confuso uma teoria ser composta por uma série de outras teorias, mas trata-se de uma característica da teoria da ação comunicativa habermasiana. Nesse guarda-chuva teórico, segundo Pinto (1996), diversas tendências do pensamento estabelecem um diálogo interparadigmático.

⁶ Seria o caso, por exemplo, da História escrita por historiadores que, no espectro ideológico, posicionam-se à esquerda e, por causa do seu posicionamento ideológico, elaborarão uma historiografia que tende a defender os ideais de esquerda e rechaçar os burgueses e a direita. Seria também o caso, por exemplo, da história escrita pela burguesia que narrará num sentido de validação, justificação e afirmação da supremacia do seu poder, de modo que continuem sendo os donos dos meios de produção.



adversários e intérpretes – defendem, com ênfases diversas, a tese do caráter autorreferencial da linguagem. No contexto específico da discussão sobre história e historiografia, tal perspectiva contribuiu para o esboroar das fronteiras entre historiografia e literatura (ASSIS, 2010, p. 12).

Segundo Moraes e Duayer (1998, p. 65), no início da segunda metade do século XX, teóricos que possuíam essas tendências promoveram um processo de rejeição, não raro radical, às vezes moderada, dos critérios epistemológicos, porque as proposições que “separavam o científico do não-científico, distinguiram o racional do irracional, apartavam a verdade da falsidade, estes fatos, como se veio posteriormente a ‘descobrir’, eram já produtos da linguagem, vinham carregados de interpretação, de concepções, noções metafísicas, valores etc.”.

Os diferentes movimentos intelectuais que estiveram associados com o termo “virada linguística” reconheceram, então, a linguagem como um agente estruturador. Como a verdade, o racional, a possibilidade de conhecer o real, dependiam destes procedimentos epistemológicos, refutá-los significaria refutar também a verdade, o racional, o real. Assim, o “assassinato da realidade” foi, como disse Baudrillard, o “crime perfeito” (BAUDRILLARD, 1996, p. 1).

Então, no movimento de sanitização dos critérios e princípios epistemológicos, verteu-se fora não só os problemas ligados à subjetividade inerentes a esses procedimentos do fazer ciência, mas também todos os métodos de validação da plausibilidade do conhecimento sistemático e, consequentemente, a verdade, o racional e a possibilidade de representação e cognição do real. Tudo foi, então, postos fora junto com a “água e o balde”. O que ocupou esse vazio aberto foi a redução de todo o discurso, incluindo o científico, à condição de construções discursivas literárias (MORAES; DUAYER, 1998, p. 66). Diante disso, a ciência histórica, para os adeptos da virada linguística, não era um ofício de escrita da história, e sim de escrita de “estórias”.

Ciro Flamarion Cardoso (1988, p. 94), ao discorrer em seus *Ensaio Racionalistas*, de 1988, sobre a recepção da historiografia brasileira a essas novas correntes que aqui chegaram, não oculta sua “oposição radical a uma ‘Nova História’ que se [lhe] afigura uma corrente retrógrada sob aparências de novidade e ousadia”. Para ele, essas novas correntes têm implicitamente uma função ideológica poderosa, pois, por não se tratar de uma “apologia aberta do capitalismo”, mas sim de um apoio que se dá de “forma bem mais sutil”, “uma vez eliminados o racionalismo e em especial o marxismo, o que permanece, embora isto não se diga, é o próprio capitalismo – e uma série de concepções que não o incomodam” (CARDOSO, 1988, p. 101).



Rüsen alude frequentemente a este debate, mas, adota uma postura intermediária entre as proposições pós-modernas e as modernas, pois ele não discorda dos pós-modernos quanto a importância que as formas narrativas desempenham na constituição do conhecimento histórico. Para esse historiador alemão, o saber histórico precisa ser explicitado de forma que fique claro a dimensão comunicativa e a função de esclarecimento desse conhecimento (RÜSEN, 2007b, p. 43).

Ao reconhecer na narrativa o fundamento mais elementar da historiografia, Assis afirma que a teoria da história de Rüsen pode ser chamada de “narrativista”. Contudo, diferentemente das variantes pós-modernas do narrativismo, “Rüsen enfatiza que as narrativas históricas estabelecem com a ‘realidade histórica’, de que pretendem dar conta, uma relação de referência diversa daquela observada em outros tipos de narrativa”, pois as narrativas próprias da ciência histórica revelam uma forma e representação de realismo distinta do realismo literário (ASSIS, 2010, p. 12-13).

As narrativas históricas apresentam um realismo distinto do literário porque, segundo Rüsen, as ideias produzidas pelo pensamento histórico não se separam da realidade. Mas, isso não significa que a pesquisa histórica científica não seja objetiva e, conseqüentemente, não deve justificar o relativismo⁷. Para Rüsen, o fato de o historiador, enquanto sujeito histórico, não se desligar do objeto significa que a historiografia se liga à vida prática a partir da tarefa de orientação temporal via produção de sentido.

Ao conceber a importância da narrativa para o conhecimento histórico, Rüsen se posiciona concebendo que a pós-modernidade traz questões notórias à modernidade e, considerando isso, não nega *a priori* os postulados pós-modernos. Dessa forma, ele mantém diálogo entre ambas tendências (moderna e pós-moderna) para refletir sobre a história e defender os pilares fundamentais dos preceitos modernos: verdade, ciência, método e razão. Nesse sentido, ainda que Rüsen não negue completamente as proposições da virada linguística, ele mantém os “pés fortemente fincados” na modernidade. Age dessa maneira com o duplo objetivo: superar uma

⁷ Em tempos da “chamada pós-verdade” e de franquias do “politicamente incorreto”, o relativismo é algo problemático porque, entre outras razões, dá guarida a posicionamentos científicos e politicamente bastante complicados na atualidade, como é o caso dos revisionismos do holocausto, da Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil, as teses que apontam que a Terra é plana, entre outros casos. Esses revisionismos estão colocando em xeque explicações construídas ao longo de décadas de estudos científicos partindo do pressuposto de que não existe uma interpretação precisa e única e, por isso, todas as verdades são verdadeiras. Assim, aquele que disser que, por exemplo, não houve holocausto, não só estará correto a partir do ponto de vista desse relativismo absoluto, como também essa verdade deve ter o mesmo valor que as construções discursivas científicas que, a partir de provas analisadas metodologicamente, apontam que houve sim holocausto. Luigi Pirandello, no título de sua obra, capta comicemente a posição generalizada e cômoda do ceticismo ligado ao relativismo: *Cosè è (se vi pare)*.



concepção estreita de objetividade erigidas na modernidade – especialmente pelos metódicos, como os positivistas e historicistas – e, ao mesmo tempo, não corroborar completamente com as proposições pós-modernas que põe em xeque a dimensão epistemológica e a racionalidade da ciência história⁸. Dessa maneira, Rüsen nos convida a não celebrar o pós-moderno e, ao mesmo tempo, não o condenar completamente.

Analisando a obra *Razão Histórica*, percebemos que as regras metodológicas que regem a validação da ciência histórica, se dão num processo dialético que permeia as ideias e as objetividades, tendo como síntese uma objetividade que incorpora também a subjetividade do historiador e do seu público e que fundamenta os métodos. Antes de adotar os métodos na produção do conhecimento histórico, os quais “colocam as perspectivas interpretativas em relação com os registros que dão testemunho da factividade do passado” (ASSIS, 2010, p. 16). “As ideias formadoras de sentido, critérios máximos de sentido do pensamento histórico, devem estar expressas com precisão conceitual e que a estruturação do pensamento histórico delas decorrente deve ser explicitada” (RÜSEN, 2001, p. 143)⁹.

Para tanto, as ideias são responsáveis por mensurar o passado e também interpretar as carências de orientação, transformando-as em interesses. Os interesses e as ideias não bastam para constituir a especificidade científica do conhecimento histórico, mas são fatores de todo pensamento histórico e “determinam a ciência da história nos pontos em que ela se enraíza nos processos pré e paracientíficos da interpretação da experiência do tempo, em procedimentos da vida humana prática, sem os quais a história como ciência não seria possível” (RÜSEN, 2001, p. 33). Ou seja, é o que imbrica vida prática e ofício da história. No que tange mais especificamente as ideias, Rüsen afirma:

Como critérios orientadores de sentido, tais ideias são os fatores que transformam as carências de orientação no tempo em interesses no conhecimento histórico. Elas

⁸ Por não negar a pós-modernidade e continuar em consonância com a modernidade, a teoria da história de Rüsen se localiza entre a modernidade e a pós-modernidade (BAROM; CERRI, 2012, p. 995).

⁹ Para entendermos o conceito de ideias adotado por Rüsen, é fundamental concebermos que a realidade, em si mesma, não tem início nem fim, é inumerável, infinita. Por isso, o pensamento científico formula critérios que propiciam que essa realidade que, *a priori*, é imensa, possa ser mensurável e, assim, investigada. Para tanto, os critérios formam um conjunto lógico e sistemático que permite, através da organização e direção do processo de pesquisa, o trabalho de seleção, crítica e interpretação do objeto. Nas palavras de Rüsen, as “ideias são os referenciais supremos que emprestam significado à ação e à paixão. Elas servem à transformação de carências motivadoras em interesses (claramente identificáveis) em agir. Usando os termos de Max Weber, elas conferem aos ‘interesses’ a ‘direção’ intencional que conforma a ação” (RÜSEN, 2001, p. 31). Portanto, os critérios conceituais mais gerais e comuns do pensamento histórico responsáveis por mensurar o passado, são denominados por Rüsen de “perspectivas diretoras da interpretação histórica” (*leitende Hinsichten auf die Vergangenheit*), ou “Ideias” (ASSIS, 2010, p. 37).



constituem, assim, as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história. Elas formam modelos de interpretação para os quais as experiências da evolução temporal do homem [sic] e de seu mundo são transpostas e nos quais são integradas, se se deve agir intencional e significativamente com relação a elas. Experiências que podem ser interpretadas para se constituírem como orientadoras da práxis humana da vida no tempo são sempre experiências do passado. À luz das ideias que constituem em perspectivas gerais orientadoras da experiência, o passado adquire, como tempo experimentado, a qualidade do histórico (RÜSEN, 2001, p. 32).

As ideias são critérios de sentido que regulam o trato reflexivo do sujeito com seu mundo e consigo mesmo. Contudo, “ideias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana, mas sim critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais os homens [sic] podem agir” (RÜSEN, 2001, p. 31).

As ideias são, portanto, importantíssimas para o processo científico de constituição do conhecimento histórico como critério de sentido. São importantes porque o fato de algo pertencer ao passado não significa que seja histórico. “Sem tais perspectivas determinantes [ideias] do que queremos propriamente saber, ao pesquisar as fontes do passado, estas em nada nos podem ajudar quanto ao que é ou foi a história que tencionamos fazer emergir delas” (RÜSEN, 2001, p. 32).

Tendo em vista a importância das ideias, para Rüsen elas próprias precisam de um critério que permita às historiadoras e historiadores abordarem-nas claramente; precisam de um critério que permita o controle do quadro de estruturação da gramática de ideias que, no segundo momento, permeará a metodização do conhecimento histórico. Como definir um critério desses?

Rüsen afirma que a racionalidade comunicativa habermasiana pode parecer a representação ideal muito abstrata do relacionamento dos sujeitos entre si – e que, “justamente por ser tão abstrata e por valer, afinal, para [...] todos os que queiram comunicar-se entre si de modo argumentativo e voltado para o consenso, é que essa representação se constitui como excelente critério de controle das ideias históricas formadoras de sentido” (RÜSEN, 2001, p. 145). A racionalidade comunicativa trata-se de uma representação ideal, porque toda a humanidade, toda a espécie humana, possui de diferentes maneiras e modos de se comunicar.

Isso não quer dizer, contudo, que “todas as histórias devam seguir a mesma ideia, que todas devam entrar no mesmo figurino ideal” (RÜSEN, 2001, p. 145). Isso contradiria o “critério da utilidade ideal dos critérios de formação de sentido”, porque esses “critérios têm de organizar as histórias de modo que carências de orientação particulares, vinculadas a referenciais precisos, possam ser satisfeitas” (RÜSEN, 2001, p. 145).



Ao reconhecer comunicativamente a identidade do outro e ao mesmo tempo a determinação das histórias promover a ampliação das perspectivas, as particularidades não são sacrificadas em nome de uma carência de orientação quimérica de uma humanidade universal e abstrata, pois esse pensamento histórico-científico rege-se num processo cognitivo de pesquisa em que as “experiências e os significados são inseridos em representações históricas da continuidade que abrangem os referenciais e reconhecem os horizontes do entendimento humano mediante a memória histórica” (RÜSEN, 2001, p. 145-146).

Apesar de apontar a ação comunicativa como o critério ideal, Rüsen adota efetivamente somente um dos princípios fundamentais da teoria habermasiana: o princípio da comunicação entre os sujeitos voltados para o consenso. E mesmo esse princípio é adotado, como veremos a seguir, com ressalvas. Esse princípio é interessante para o autor por se tratar de uma ideia regulativa da humanidade como comunidade universal de comunicação; essa abstração casa com o humanismo rüseniano por se encaixar com o conceito de consciência histórica, pois este também enseja tratar de toda a humanidade.

Segundo Rüsen (2001), a consciência histórica não é algo que se pode ter ou não, é algo universalmente presente na vida humana. Rüsen busca tratar de toda humanidade, vale lembrar, por intentar refletir sobre o pensamento histórico-científico e o comum, através da análise dos fatores presentes na matriz disciplinar, os quais não se limitam a explicar a ciência histórica, mas designa também as operações elementares gerais da consciência histórica humana. Articulados na matriz disciplinar, os fatores adquirem a especificidade que permite distinguir o pensamento histórico científico do comum, mas, primordialmente, refletem sobre a História em ambas esferas do pensamento.

Então, Rüsen (2001, p. 78) adota o princípio habermasiano da comunicação entre os sujeitos por entender que o humano é, independentemente de sua vontade, detentor de consciência histórica, a qual está, em consequência, intrínseca à própria vida humana prática; a adoção do princípio de comunicação se verifica na tese de que os sujeitos estão em constante diálogo com a natureza, com os demais sujeitos, consigo mesmos, enfim, com o mundo, refletindo conscientemente ou não acerca deles próprios e sobre o mundo, estabelecendo constantemente uma inter-relação com o passado, presente e futuro no formato de carências de orientação de sentido histórico.



As carências de orientação de sentido histórico, ao serem interpretadas pelas Ideias, transformam-se em interesses específicos pelo passado. Isso se dá, volto a ressaltar, no pensamento histórico constituído cientificamente e no comum. Acontece que, no pensamento histórico-científico, esse processo se dá seguindo a gramática da matriz disciplinar, sendo neste caso os Métodos o próximo passo. Na gramática da matriz disciplinar, os fatores estão interligados, sendo o terceiro os Métodos, sobre o qual refletiremos com mais atenção no tópico que trata da dialética das objetividades.

Submetida dessa maneira, o princípio de comunicação e argumentação entre os sujeitos, enquanto critério de avaliação das ideias, permite ao historiador abordar claramente as perspectivas orientadoras do pensamento histórico que sejam mais significativas. Por todos quererem comunicar-se entre si de modo argumentativo e voltado para o consenso, a racionalidade comunicativa se torna excelente critério de controle das ideias históricas formadoras de sentido; essas ideias transformam as carências de orientação em interesses específicos pelo passado.

Assim, o historiador pode ter um ponto de partida para a construção de uma história que melhor atenda às necessidades de seu tempo e espaço. Ou seja, o historiador faz parte do processo de argumentação racional voltada para o consenso; faz parte dele não enquanto coordenador-mor, mas enquanto sujeito social; a sua historiografia terá, em consequência, a marca de seu lugar social. As condições sociais e históricas, dessa maneira, atuam como elementos de constituição. Isso não significa, vale ressaltar, que a verdade mais verdadeira será aquela que se sobressaia no entrechoque da argumentação, pois a validação do conhecimento histórico-científico não se dá somente pela eleição das ideias via argumentação, mas também pela dialética das objetividades que congrega partidarismo e objetividade, como veremos.

A Teoria do Consenso Habermasiana

A teoria do consenso da verdade de Habermas, segundo Reese-Schäfer (2009, p. 22), pode ser considerada chave para a obra do filósofo da segunda geração da escola de Frankfurt. Em linhas gerais, essa teoria postula que, ao erigir um arcabouço de critérios e regras do debate que são aceitos por todos, a decisão sobre o que é consenso ou não, torna-se objetivamente possível. Nesse sentido, o consenso é alçado não pelo conteúdo da discussão, mas com base nas condições formais de sua ocorrência.



Segundo Reese-Schäfer (2009, p. 23), a teoria do consenso habermasiana verificou que “qualquer entendimento entre dois participantes sobre as precondições para que algo seja o caso ou não poderia ser válido sempre só em termos relativos para esses participantes”. Entretanto, uma vez que o acordo for “feito universalmente, por todos, a relatividade seria superada” (REESE-SCHÄFER, 2009, p. 23). Dessa forma, Habermas desenvolve a sua teoria pautando-se em uma noção de verdade dialógica e não monológica¹⁰.

Por meio dessa relação dialógica, “a teoria do agir comunicacional espera que a reprodução simbólica do mundo vivido esteja junta com a reprodução material daquele” (HABERMAS, 2000, p. 297). Obviamente que essa reprodução não é meramente um reflexo pálido da realidade, e sim o real ressignificado através dos processos intersubjetivos de reprodução e produção do objeto, que evidentemente dependem de fatores culturais, sociais e políticos que condicionam os modos através dos quais determinados conhecimentos adquirem significados na ação comunicativa e interessada entre os sujeitos da interlocução (HABERMAS, 1982, p. 60-61).

Mediante tal perspectiva, Habermas busca resgatar a confiança na cultura e no pensamento ocidental, promovendo uma guinada linguística em sua filosofia, de modo que a transcendência não fique limitada às armadilhas gestadas por uma filosofia centrada na relação de mão-única sujeito-objeto. Rocha Salomão aponta que, ao não se restringir à filosofia da consciência, Habermas “oferece os primeiros contornos do conceito de razão comunicativa como solução às cisões da modernidade, e, ainda, como um resgate da confiança na razão apresentada como razão comunicativa” (ROCHA SALOMÃO, 2008, p. 16).

Então, denunciando as relações estreitas entre sujeito e objeto, Habermas insiste numa teoria da linguagem e da ação comunicativa, pois, “ao abordar a racionalidade instrumental contida no cerne da modernidade”, ele percebeu que “a teoria do conhecimento está imbricada na problemática da razão orientadora das relações e proposições presentes no processo do conhecimento” (SOARES DE MEDEIROS; BRAGA MARQUES, 2003, p. 15). É por meio da teoria da ação comunicativa que ele afirma que:

¹⁰ Conceber o sujeito monologicamente significa, em linhas gerais, entendê-lo na relação de mão única (monológica) entre sujeito-objeto; trata-se de um paradigma ligado à filosofia da consciência, a qual tem como um de seus principais nomes o filósofo alemão Immanuel Kant. Para Habermas, está esgotada essa relação sujeito cognoscente e objeto cognoscível e, por isso, este rompe com o paradigma da filosofia da consciência em direção à filosofia da linguagem, propondo uma teoria pautada pela relação sujeito-sujeito (dialógica) que, juntos, buscam linguisticamente chegar à um consenso sobre algo.



Pressupõe a linguagem como um meio de entendimento [...] em que falantes e ouvintes se referem, a partir do horizonte pré-interpretado pelo mundo da vida¹¹, simultaneamente há algo no mundo objetivo, social e subjetivo, a fim de negociar definições das situações que possam ser compartilhadas por todos (HABERMAS, 2012a, p. 34).

Logo, é através das interações que os indivíduos tomam posições, com o intuito de atender ao interesse em compreender algo em torno do qual agem comunicativamente. Esse princípio do consenso é a base da razão comunicativa. Nesse sentido, a racionalidade é compreendida por Habermas como a disposição dos sujeitos capazes de falar e de agir, interessados em alçar a emancipação através do entendimento mútuo, orientando-se “pelas pretensões de validade que estão assentadas no reconhecimento intersubjetivo” (HABERMAS, 2000, p. 437). Assim, ele postula:

O objetivo é de fundamentação racional das prescrições culturais, portanto, uma organização das relações sociais de acordo com o princípio de que a validade de toda e qualquer norma, com consequência de ordem política, venha a depender de um consenso obtido por meio de uma comunicação isenta de dominação (HABERMAS, 1982, p. 297).

Vale mencionar que, além de buscar a superação da paradigmática da filosofia da consciência, Habermas intenta com a filosofia da linguagem concretizar o seu projeto de restauração da *Aufklärung* via ampliação do conceito de racionalidade, pautado por uma razão que se faz, no limite, emancipatória¹². Segundo Habermas, “o paradigma da filosofia da consciência encontra-se esgotado. Sendo assim os sintomas de esgotamento devem dissolver-se na transição para o paradigma da compreensão” (HABERMAS, 2000, p. 276).

¹¹ Habermas adota, com restrições, o conceito de “mundo da vida” do matemático e filósofo alemão Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859-1938), conhecido por estabelecer a escola da fenomenologia. Conforme aponta Pizzi (2006), o objetivo desse filósofo com o conceito de mundo da vida era contrapor-se ao positivismo sociológico, muito presente no pensamento cientificista em meados do século XIX e início do XX, que propunha como a única forma possível de produção de conhecimento a metodologia das ciências da natureza. A transformação da filosofia numa ciência natural tira-lhe a sua característica fundamental, qual seja: refletir sobre o mundo e a vida (PIZZI, 2006, p. 27-29). Para Husserl, não se trata de entender o mundo na atitude natural, via ciência experimental para afirmar a certeza do que se apresenta como conhecimento científico, mas sim entender o mundo como histórico-cultural concreto, propondo o entendimento “das vivências cotidianas com seus usos e costumes, saberes e valores, ante os quais se encontra a imagem do mundo elaborada pelas ciências” (PIZZI, 2006, p. 63). Habermas não compartilha, em sua completude, do conceito husserliano, que está intimamente ligado à noção de cultura, pois o herdeiro da teoria crítica propõe a noção mais ampla de mundo da vida, envolvendo não só o elemento cultura, mas também sociedade e personalidade.

¹² Habermas faz parte de uma geração de intelectuais que cresceu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e que adotou como “estrela-guia”, entre outros referenciais, o *Aufklärung* (esclarecimento), ideário iluminista que entende a razão como a condição para o indivíduo atingir a maioria (pensar por si mesmo). Todavia, ao se aproximar da Escola de Frankfurt, Habermas depara-se com a negação desse projeto perpetrada por Adorno e Horkheimer, considerados dois dos principais nomes dessa Escola. Nietzsche, ao analisar esse projeto, identificou a razão kantiana, que alicerça a *Aufklärung*, com a dominação. Adorno e Horkheimer herdaram o binômio nietzschiano razão e dominação e foram muito críticos ao projeto iluminista de Kant. Diante disso, Habermas acaba rompendo com a primeira geração da teoria crítica, visto que, diferentemente daqueles frankfurtianos, ele busca promover o resgate e a defesa da razão aos moldes da *Aufklärung*. Ainda que haja esse distanciamento, Habermas pode ser considerado como um herdeiro dessa teoria (ROCHA SALOMÃO, 2008, p. 12).



Nesse sentido, para Habermas a racionalidade atinge o seu potencial de emancipação e possibilita a liberdade no instante em que os sujeitos têm interesse em entender-se conjuntamente sobre os diversos aspectos que envolvem o mundo da vida. Dessa maneira, “serão racionais não as proposições que correspondam à verdade objetiva, mas aquelas que atendam, ou possam vir atender, os requisitos racionais da argumentação e da contra-argumentação, da prova e da contraprova, visando um entendimento mútuo entre os participantes” (ROUANET, 1987, p. 339).

Intermediado linguisticamente, o entendimento mútuo se torna, assim, o *telos* da ação comunicativa, que, em intrínseca relação com a realidade, constrói a verdade nos contextos de fala e argumentação, num processo que busca alçar intersubjetivamente o consenso, ou, noutras palavras, o entendimento recíproco a respeito de algo. Esse consenso e, conseqüentemente, a verdade, estão em constante processo de construção. Logo, têm caráter plástico, sendo sempre provisórios. Assim, a realização de algo implica atos de fala, numa ação linguística em que “entre a fala e o entendimento não há relação de meio-fim, mas de interpretação recíproca” (ARAGÃO, 1992, p. 29).

Portanto, segundo esse princípio, “os atores, na qualidade de falantes e ouvintes, tentam negociar interpretações comuns da situação e harmonizar entre si os seus respectivos planos através de processos de entendimento, portanto pelo caminho de uma busca incondicionada de fins ilocucionários” (HABERMAS, 1997, p. 36). Para tanto, o consenso é estabelecido através de um processo estruturado em dois níveis. O primeiro é aquele momento de definição consensual dos critérios do processo de constituição da verdade.

Após o acordo feito universalmente, a assertividade racional em condições ideais entra no segundo nível, quando um consenso elegerá a verdade, a *ultimate opinion*. Para isso, Habermas introduz o seu conceito da “situação ideal de fala”, segundo o qual, em síntese, “esfera pública, distribuição equitativa dos direitos de comunicação, não violência e autenticidade são as precondições para uma compreensão procedimental da verdade” (REESE-SCHÄFER, 2009, p. 25).

Entretanto, Habermas afirma que as condições jamais correspondem à da situação ideal de fala. “Retrospectivamente, podemos constatar muitas vezes quando estivemos muito distantes de uma situação ideal de fala”. De forma que “nas situações dadas jamais podemos estar seguros se estamos realizando na verdade um discurso, ou se não estamos agindo muito mais sob as coações a ação e fazendo discursos aparentes” (HABERMAS, 1997, p. 179). Essa é a resposta de Habermas



ao ataque imediatamente tão evidente e plausível dos críticos da teoria do consenso, segundo os quais essa teoria declararia como verdadeiro todo e qualquer equívoco que se transfigurou consensualmente em uma verdade. Ele concorda que realmente existe a possibilidade de uma inverdade passar-se por uma verdade.

Entretanto, o critério da provisoriedade expõe que, o que é verdadeiro, será definido provisoriamente através do consenso, tecendo a verdade com uma representação plástica. Nesse sentido, não há verdade absoluta. Trata-se sempre da verdade derradeira que poderá transformar-se no futuro. “Verdade é, então, uma ideia reguladora, a saber, a *ultimate opinion*, nunca realmente existente, desta comunidade: a opinião derradeira, à qual ela chega a cada vez” (REESE-SCHÄFER, 2009, p. 23).

A Dialética das Objetividades

A forma como Rüsen adota a teoria do consenso é diferente da fundamentação para ela elaborada por Habermas. Rüsen não concebe os níveis dessa teoria, adotando unicamente o princípio do consenso propiciado pela comunicação entre sujeitos voltados para a argumentação e o consenso. Tendo definido a partir desse princípio o critério que permite a clarificação das ideias – como vimos anteriormente –, Rüsen (2001, p. 147) procura ir além das proposições que ensejam na neutralização da subjetividade do historiador e do seu público no pensar histórico-científico; para tanto, ele propõe que a objetividade pode ser desenvolvida a partir do partidarismo, pois a pragmática do conhecimento histórico, ou, noutras palavras, o conjunto de princípios que devem ser seguidos na avaliação da produção científica própria da História, “não pode ser construída *a posteriori*, depois de a pesquisa histórica e a reflexão sobre referenciais garantirem sua própria objetividade”.

É possível empregar a subjetividade na construção da objetividade porque, segundo ele, as subjetividades não são infensas a uma regulação metodológica. “Existindo neles [nos fatores subjetivos] elementos capazes de ser (metodologicamente) desenvolvidos para constituir a objetividade do pensamento histórico, não há por que neutralizá-los, mas sim desenvolvê-los” (RÜSEN, 2001, p. 134). Nesse sentido, erram os pós-modernos que determinam que o relativismo é justificável porque a subjetividade está presente na ciência histórica. Erram porque “a subjetividade não é, de forma alguma, extrínseca às regras metódicas do pensamento histórico, mas deve ser tomada como princípio dessa regulação e, como tal, aplicada” (RÜSEN, 2001, p. 138).



Mas, como já apontamos anteriormente, no debate sobre partidarismo e objetividade existem evidentemente argumentos em que os constructos partidarismo e objetividade excluem-se a tal ponto, afirma Rüsen, que só se pode escolher um em detrimento do outro, assim como há proposições que possibilitam a sua articulação de forma que não se contradigam (RÜSEN, 2001, p. 127). No que tange aos argumentos da vertente que compreende que partidarismo e objetividade não se congregam, a objetividade sempre esbarra com a subjetividade à qual traciona o partidarismo; como numa gangorra que, sempre que pese mais para um lado, ergue o outro. O historiador alemão concorda que esse problema é plausível, pois a metodização pode trazer a objetividade carente e transcender o partidarismo patente.

No entanto, ele aponta que entender que a subjetividade é um elemento da pragmática do conhecimento histórico não anula a objetividade do processo de cientificização do pensamento histórico. Não compreender isso “consiste em recusar quaisquer ‘juízos de valor’ no âmbito do conhecimento histórico. Ao historiador seriam proibidas, no campo de sua ciência, todas as sentenças que articulem significados e sentidos dos fatos do passado humano” (RÜSEN, 2001, p. 131). Nesse sentido, ao seguir a estratégia de sanitização da subjetividade, “o conhecimento histórico se restringiria a um somatório de fatos fora da configuração de uma história, pois história é justamente a constelação de fatos históricos em que o passado ganha significado e sentido para o presente” (RÜSEN, 2001, p. 131).

Rüsen quer com essa problematização não cair no objetivismo ingênuo comum aos positivistas e, ao mesmo tempo, distanciar-se do relativismo pós-moderno. Para tanto, ele adota novamente o princípio da argumentação da Teoria do Consenso habermasiana, com o intuito de propor que a suposta dicotomia partidarismo e objetividade, gestada ao considerar a subjetividade do historiador como um aspecto imbricado ao processo de constituição do conhecimento histórico, não implica necessariamente um problema.

Para Rüsen (2001, p. 133), “do malogro das tentativas de alcançar objetividade no conhecimento mediante exclusão da subjetividade responsável pelo partidarismo pode-se tirar a conclusão que essa objetividade é uma quimera, um belo sonho”. Nesse sentido, recai em erro toda formulação que pretensamente desconsidere ou negue, como condição da objetividade, a subjetividade inerente à ciência histórica, seja pela indiferença e desconsideração da subjetividade partidária do historiador e de seu público.



A adoção do princípio habermasiano da argumentação enquanto constante antropológica é, por conseguinte, diferente da adoção de Teoria do Consenso em sua completude. Afinal, ao adotar somente o princípio, Rüsen está, automaticamente, deixando de lado os níveis dessa teoria e, também, a tese da *ultimate opinion*.

No entanto, isso não deixa totalmente claro o problema do partidarismo e da objetividade no que tange a questão da verdade, pois, como vimos anteriormente, Habermas concorda que uma inverdade pode se passar por uma verdade. Rüsen não corrobora com isso, pois entende que, ao partir do pressuposto de que o partidarismo é algo inerente à reflexão histórico-científica, não significa que a objetividade é alcançada como validade universal do conhecimento histórico no instante em que é definido que o melhor referencial, “portador de objetividade”, consiste no partidarismo que, dentre outros, melhor atenda às carências. Noutras palavras, não significa que a melhor história seria aquela que melhor historia. Ou, ainda, não significa que a verdade é aquela erigida unicamente através da argumentação voltada para o consenso. Segundo Rüsen, o argumento de que a melhor história é aquela que melhor atenda às carências de orientação da maior parte do grupo (da maioria), apesar de ser atrativo, é falho, pois compreende que os referenciais que melhor possibilitam a frutificação dos conhecimentos históricos são definidos somente *a posteriori*.

Caso Rüsen não tivesse tomado esse cuidado, a questão do pluralismo de várias verdades (tese pós-moderna) seria somente transposta para o da verdade da opinião que prevalece sobre todas as outras. Porém, isso é inviável porque o processo de validação não deve ocorrer somente *a posteriori*, e sim desde o início deve tencionar “ser o mais objetivo possível, no sentido da maior abrangência possível, [dado que] a indicação de referenciais não deveria ser consequência do conhecimento histórico obtido, mas um pressuposto seu” (RÜSEN, 2001, p. 135).

Assim, a melhor historiografia não é aquela que atenda universalmente às carências de orientação do maior número de pessoas, pois, por “objetividade” ele entende “que as histórias pretendem possuir uma validade que vai muito além dessa relação funcional com posições eventuais de seus autores e destinatários na vida social” (RÜSEN, 2001, p. 127). Para tanto, “a objetividade constitutiva da teorização [que sustenta o processo de validação da operação historiográfica] não quer dizer que as ideias formadoras de sentido empregadas pelos historiadores no pensamento histórico devam ser formuladas de modo universalmente válido. Como profissionais



especializados, eles não detêm essa competência” (RÜSEN, 2001, p. 144). A validade da objetividade constitutiva é, na realidade, alçada através da dialética das objetividades.

O processo de construção da objetividade constitutiva, pautada pela articulação da narrativa histórica com a ideia da humanidade como princípio de comunicação é realizado, segundo Rüsen, num processo dialético em que a objetividade constitutiva é formada pela síntese das seguintes outras formas de objetividade: o modo de objetividade de fundamentação e o modo de objetividade de consenso. Primeiramente, a objetividade de fundamentação:

O pensamento histórico, ao referir-se a experiências, obedece às regras metódicas da pesquisa histórica e se insere no movimento do progresso cognitivo, transformando-se em conhecimento histórico sob a forma de histórias caracterizadas *pela objetividade de fundamentação*. Objetividade de fundamentação significa a propriedade de as histórias valermem, com respeito a seus conteúdos empíricos, independentemente do significado que lhes seja atribuído ou do que sentido que tenham na orientação temporal da vida prática contemporânea. Essa independência é expressada, como se disse antes, pela expressão “livre de valores”. Na objetividade de fundamentação, o partidarismo aparece apenas de forma negativa. Uma objetividade comum de fundamentação só se constitui, para além dos múltiplos partidarismos, quando as histórias tratam de conteúdos empíricos do passado semelhantes ou análogos. Com sua objetividade de fundamentação, as histórias põem-se de través aos diferentes significados e sentidos que lhes são atribuídos. Seja lá de que forma for com que se afirme partidariamente, a subjetividade precisa estar em condições de dar conta da pesquisa – isto é, os significados e sentidos atribuídos ou instituídos têm de estar organizados, em seu partidarismo, de tal forma que possa apreender e assumir o progresso cognitivo da pesquisa histórica (RÜSEN, 2001, p. 138-139).

Mesmo compreendendo que a neutralização do partidarismo é um erro, pois a subjetividade faz parte do pensar histórico-científico, Rüsen entende que a objetividade de fundamentação, que promove a constituição do conhecimento histórico “livre de valores”, faz parte do processo dialético de constituição da objetividade constitutiva. Mas, diferentemente dos argumentos da exclusão mútua entre partidarismo e objetividade, Rüsen se baseia na não exclusão do partidarismo. Segundamente, a objetividade de consenso:

O pensamento histórico, ao referir-se a normas, obedece às regras metódicas da reflexão sobre referenciais e se insere no movimento de ampliação de perspectivas transformando-se em conhecimento histórico na forma de histórias caracterizadas pela objetividade de consenso. Objetividade de consenso significa a propriedade de as histórias poderem colocar seus significados, uniformemente, à disposição de homens [sic] com referenciais, carências e interesses diferentes na vida social, servindo assim à sua autocompreensão (RÜSEN, 2001, p. 140).

A articulação argumentativa faz parte do processo dialético porque esse procedimento permite a inter-relação de referenciais. “Refletir sobre referenciais significa apenas articular argumentativamente essas normas com outras, válidas para outros referenciais, de forma que se promova a crítica, a complementação e o enriquecimento recíproco dos diferentes significados e das



diversas perspectivas históricas correspondentes” (RÜSEN, 2001, p. 140). Assim, a teoria da história rüseniana baseia-se no princípio de comunicação entre escolas historiográficas, ou, como ele disse, perspectivas históricas, estabelecendo que a razão na história deriva da, entre outros aspectos, “possibilidade de comunicação entre escolas historiográficas e vertentes metodológicas do trabalho com os documentos”. Dessa maneira, o pensamento histórico que objetiva ampliar perspectivas, seguindo a regra da reflexão sobre referenciais, evita ser unilateral. “Seria lamentável que as perspectivas do conhecimento histórico fossem identificadas com unilateralidade. Só faz sentido colar a pecha de unilateral a um determinado conhecimento na medida em que ele se distinga de outro, que não possua a unilateralidade criticada” (RÜSEN, 2001, p. 141). Enfim, chega-se à síntese, que forma a objetividade constitutiva:

O pensamento histórico, ao referir-se a ideias, obedece às regras metódicas da teorização construtiva e se insere no movimento de consolidação da identidade, transformando-se em conhecimento histórico na forma de histórias caracterizadas pela objetividade construtiva. Objetividade construtiva significa a propriedade das histórias de articular, mediante a identidade de seus destinatários por meio de uma argumentação comunicativa dirigida pela ideia regulativa da humanidade como comunidade universal de comunicação (RÜSEN, 2001, p. 142-143).

Considerando esse processo dialético, em constante diálogo com o princípio de argumentação voltada para o consenso presente na teoria do consenso da verdade de Habermas, Rüsen elabora, assim, que a “objetividade do conhecimento histórico significa que se pode aceitá-lo porque, em princípio, ele pode ser testado, regularmente, quanto à sua pretensão de validade” (RÜSEN, 2001, p. 127).

Considerações finais

Ao optar por esse caminho, Rüsen busca integrar pontos de vistas profundamente conflitantes: de um lado, uma concepção estreita de objetividade que procura afirmar a supremacia dos referenciais metodológicos e a possibilidade de neutralizar a subjetividade; do outro, uma concepção que propõe que, devido ao fato de a constituição do conhecimento ser perpassada pela linguagem, as fronteiras entre a historiografia e a literatura são tênues, quiçá inexistentes. Por essa razão Rüsen se encontra entre a modernidade e a pós-modernidade (BAROM; CERRI, 2012).

Ou seja, a teoria da história rüseniana, baseia-se no princípio habermasiano de comunicação entre sujeitos, para propor que a operação historiográfica está assentada na argumentação desses mesmos sujeitos que, juntos, promovem o processo de constituição e validação do conhecimento histórico de modo que possibilite a inter-relação entre partidatismo e objetividade, ao invés de um ou outro. Como disse Roberto Rosa, “não se trata de tentar eliminar do ato cognitivo a subjetividade, mas de fazer com que o ato cognitivo entre na equação como uma subjetividade exigida pela verdade que se espera” (ROBERTO ROSA, 2009, p. 4).

Referências



- ARAGÃO, L. M. C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ASSIS, A. A. **A teoria da história de Jörn Rüsen**: uma introdução. Goiânia: Editora UFG, 2010.
- BAROM, W. C.; CERRI, L. F. A teoria da história de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição à didática da história. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/19691>>. Acesso em: 24 jun. 2017.
- BAUDRILLARD, J. **The perfect crime**. New York London: Verso, 1996.
- CARDOSO, C. F. Uma nova história? In: **Ensaio racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. 3 ed. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. Madrid: Catedra, 1997.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo 1**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- MORAES, Maria C. M.; DUAYER, M. Histórias, estórias: morte do “real” ou derrota do pensamento? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 16, n. 29, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10578/10112>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- PINTO, J. M. R. **Administração e liberdade**: um estudo do conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- PIZZI, J. **O mundo da vida**. Husserl e Habermas. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ROBERTO ROSA, J. Para os fundamentos de uma razão histórica: algumas considerações sobre a pretensão de objetividade no pensamento histórico de Jörn Rüsen. In: RICARDO DA MATA, S.; MOLLO, H. M.; VARELLA, F. F. (Orgs.). **3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Edufop, 2009.
- ROCHA SALOMÃO, K. **Um estudo genealógico das críticas proferidas à razão versus a esfera pública em Habermas**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://dominiopublico.io/Katia-Rocha-Salomao/Um-estudo-genealogico-das-criticas-proferidas-a-razao-versus-a-esfera-publica-em-Habermas/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RÜSEN, J. **História viva**: teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007b.
- RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.



SOARES DE MEDEIROS, A. M.; BRAGA MARQUES, M. A. Habermas e a teoria do conhecimento. **Revista Educação Temática Digital**. Campinas, v. 5, n. 1, dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/627>>. Acesso em: 20 jun. 2017.